

A Crise Nuclear Iraniana: Os Dilemas da Comunidade Internacional

Tenente-coronel
Manuel Alexandre Garrinhas Carriço



1. Introdução

Apesar das dificuldades que as forças militares norte-americanas atravessam no Iraque, ainda persiste nos círculos neo-conservadores em Washington a noção de que o Irão sempre foi uma ameaça muito maior aos interesses regionais e globais dos Estados Unidos do que o Iraque. Antes do início das operações no Iraque em Março de 2003, a noção que os neo-conservadores deixavam transparecer nos diversos discursos proferidos era a de que “se a questão iraquiana fosse resolvida a contento, o Irão deixaria de ser um problema”¹.

Por outras palavras, se a Casa Branca lograsse instalar em Bagdade um governo pró-americano, as bases militares que os Estados Unidos aí instalassem iria limitar seriamente o activismo revolucionário e fundamentalista do Irão no Médio Oriente com uma inerente maior estabilidade nos mercados petrolíferos, algo de essencial para uma economia americana que nas palavras do Presidente George W. Bush “está viciada no petróleo”².

A crise nuclear iraniana consubstancia o mais recente desafio à comunidade internacional no que respeita ao cumprimento de normas exaradas no Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNPN)³, dos quais o Irão é um dos Estados signatários. Na verdade, e se comparada com a outra crise similar que persiste na península coreana, esta é substancialmente diferente em virtude de diversos factores:

- (1) a existência de uma componente nacionalístico-religiosa na dinamização da crise;
- (2) as reservas petrolíferas da região do Golfo Pérsico são enormes sendo essenciais para o alimentar de uma economia mundial sedenta de hidrocarbonetos;
- (3) as grandes potências e organizações internacionais envolvidas nos dois processos negociais são diferentes;
- (4) o Irão é signatário do Tratado de Não-Proliferação Nuclear enquanto que a Coreia do

Norte se retirou unilateralmente; e

(5) as implicações geopolíticas de um eventual conflito militar serão distintas ainda que igualmente graves.

No entanto, ambas as crises têm um fio condutor comum no que concerne aos Estados acusados de violarem as normas relativas à investigação e desenvolvimento de programas nucleares. Irão e Coreia do Norte buscam através de um programa de investigação e produção de energia nuclear para fins pacíficos (como argumentam) direccionar este potencial de investigação e desenvolvimento (I&D) para fins militares (argumento da comunidade internacional, negado por ambos). Na realidade, subjacente a esta aplicação militar de projectos de produção de energia eléctrica a partir de centrais nucleares, encontram-se preocupações conotadas com a segurança nacional de ambos os Estados, que vêm a sua catalogação como elementos do “Eixo do Mal”, como um prefácio de uma intervenção militar norte-americana que visa derrubar os respectivos regimes⁴.

Perante a primazia norte-americana e a sua quase hegemonia no plano militar onde usufrui de uma supremacia tecnológica e doutrinária que lhe permite actuar eficaz e decisivamente no plano estratégico e operacional perante Exércitos constituídos e com doutrinas assentes em meios convencionais, Teerão e Piongyang viram com crescente apreensão o intervencionismo militar de Washington tanto no Afeganistão como no Iraque, extrapolando em conjunto com a Síria, que possivelmente poderiam vir a ser os próximos alvos, senão a curto prazo, pelo menos a médio prazo.

Sabendo-se que os investimentos em sistemas militares conotados com a lógica associada à transformação da defesa (ou revolução nos assuntos militares para alguns académicos) é algo de não apenas extremamente oneroso como de difícil materialização devido aos embargos tecnológicos e militares a que ambos os países se encontram sujeitos (quase absoluto no caso da Coreia do Norte⁵, mais poroso no caso iraniano⁶), o recurso à opção nuclear, por mais reduzida que ela seja em termos de arsenal⁷, confere a estes Estados uma capacidade de dissuasão mínima capaz de, na perspectiva de os países visados, condicionar seriamente as estratégias militares de emprego de força ao dispôr dos Estados Unidos.

Este pressuposto faz com que uma solução diplomática para as profundas divergências existentes entre Washington e Teerão, ainda que possível, seja cada vez menos provável. Concomitantemente uma opção militar por parte dos Estados Unidos e de Israel poderá vir a ser contemplada, independentemente das consequências graves que tal acarretará para a segurança regional e para a economia mundial.

As opções ao dispôr da comunidade internacional são limitadas e implicam, quer se queira quer não, concessões a Teerão em prol da continuidade das actividades de inspecção no terreno e não retirada do Irão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

O presente artigo está dividido em cinco secções. Na segunda procede-se a uma retrospectiva e justificação do programa nuclear iraniano. Seguidamente centraremos a

nossa atenção no agudizar da crise verificada de forma mais assinalável durante o ano de 2005, procurando explanar as posições e interesses dos diversos actores estatais e das organizações. Neste ponto analisaremos brevemente a forma como as elites religiosas iranianas vêm programa nuclear nacional e as aparentes divergências internas quanto à estratégia a seguir perante a pressão da comunidade internacional. Na quarta secção elencam-se as opções ao dispôr da comunidade internacional convista à resolução da crise, destas, focaremos a nossa análise na opção militar e nas respectivas consequências geopolíticas que daí possam advir. Terminaremos com uma síntese conclusiva.

2. O Programa Nuclear Iraniano: Origem e Desenvolvimento

O Irão iniciou o seu programa nuclear no início da década de sessenta sob a liderança autocrática do Xá Mohammad Raza Pehlavi e com apoio dos Estados Unidos (veja-se Anexo I).

A Revolução Islâmica do Ayatollah Ruholla Khomeini em 1979 levou à suspensão completa do programa e ao êxodo de cientistas iranianos que haviam sido treinados em laboratórios de países ocidentais. Em Bushehr ficaram dois reactores nucleares semi-concluídos de fabrico alemão-ocidental. No entanto a Guerra Irão-Iraque e o emprego de armas químicas por parte do regime de Saddam Hussein contra as forças militares iranianas levou a uma reconsideração sobre o desenvolvimento de armas não-convencionais, não tardando a que o então comandante das forças armadas iranianas e futuro Presidente Akbar Hashemi-Rafsanjani declarasse que as armas biológicas, químicas e radiológicas eram decisivas para a segurança do Irão⁸. Em 1981, o Ayatollah Mohammad Hussein Beheshti ordenou à Organização Iraniana para a Energia Atómica que iniciasse a investigação tendente à obtenção de uma arma nuclear⁹.

Desde então a Rússia, a China, o Paquistão e a Coreia do Norte têm-se prefigurado como os maiores fornecedores de *know-how*, equipamentos e tecnologia nucleares ao Irão (veja-se Anexo A).

O Irão contempla-se a si próprio como uma das históricas potências mundiais e crê na possibilidade de que o desenvolvimento tecnológico é essencial para preservar o seu lugar como potência senão global (!) pelos menos regional¹⁰. A tecnologia nuclear responde a este desiderato de modernidade e prestígio e permite ainda mitigar um sentimento de vulnerabilidade e insegurança externa sentida por Teerão, agudizada com a presença militar americana tanto no Afeganistão (com bases aéreas em Bagram, Herat e Candahar), no Iraque¹¹ (Bagdade, Mosul e Balad), na Turquia (Incirlik), no Paquistão (Dalbandin, Pashi e Jacobabad), no Quirguistão (Ganci), no Qatar (Al Udeid), no Koweit (Al Jabar), em Oman (Masirah e Thumrait) e dos dois grupos de porta-aviões da 5ª Esquadra Naval estacionada no Mar da Arábico e no Golfo Pérsico¹².

Pode-se contrapor a um iraniano que tendo em linha de conta o potencial petrolífero e de gás auferido pelo seu país o desenvolvimento nuclear justificado em nome da produção

eléctrica não tem cabimento lógico¹³. No entanto, a maioria dos iranianos, defende que tanto o petróleo como o gás natural, são recursos finitos e demasiado preciosos para serem explorados de forma intensiva e desmesurada; mais, a existência de grandes quantidades de urânio em território nacional torna ainda mais apelativa a opção nuclear.

O Irão ratificou o Tratado de Não-Proliferação Nuclear e faz parte da Agência Internacional de Energia Atómica que no entanto em Novembro de 2004 não hesitou em afirmar que durante a década de noventa o Irão violou alguns preceitos do TNP. No entanto cumpriu até recentemente os preceitos do mesmo, estando à luz deste autorizado a desenvolver um programa civil de energia nuclear, mas onde as actividades ligadas ao enriquecimento de urânio são vistas com suspeição. Pode permanecer no Tratado enquanto desejar, desde que não se dedique ao fabrico de armas nucleares, como aparentemente não fez a Coreia do Norte que já deve deter no seu arsenal 5 a 7 engenhos nucleares.

A catalogação do Irão como pertencendo ao “Eixo do Mal” feita por George W. Bush¹⁴ veio exponenciar a pressão de Washington relativamente à obrigatoriedade de desmantelamento deste programa, muito devido à descoberta da rede clandestina de proliferação de equipamento e tecnologia nuclear patrocinada pelo cientista A. Q. Khan o “pai do programa nuclear paquistanês”, o qual teve como um dos principais clientes Teerão.

2.1. Anos de 2002-2004: o crescendo da crise¹⁵

A 14 de Agosto de 2002, o Conselho Nacional para a Resistência no Irão (CNRI), um grupo oposicionista iraniano, anunciou que o Irão estava a construir duas infra-estruturas nucleares secretas: uma central de nuclear em Arak e uma central de “combustível nuclear” em Natanz. Cerca de um mês depois, o Irão notificou a AIEA da veracidade destas denúncias, as quais seriam reconfirmadas em 13 de Dezembro do mesmo ano pelo Departamento de Estado Norte-Americano. Simultaneamente, Teerão requer um segundo adiamento da visita de Mohamed ElBaradei ao Irão, a qual passaria para Fevereiro de 2003.

Em 9 de Fevereiro de 2003 o Presidente iraniano Mohammad Khatami anuncia que o Irão iniciou um programa de extracção de urânio numa mina localizada perto de Yazd, bem como a construção de infra-estruturas que permitam dominar todo o ciclo relativo à produção nuclear. O objectivo era e é o de nos próximos quinze anos construir mais 20 centrais nucleares¹⁶ de forma a “eliminar as importações de energia” (na linguagem oficial) que actualmente são necessárias à consecução de um crescimento económico sustentado, mas simultaneamente afirmar-se como uma potência nuclear regional.

Entre 21 e 22 de Fevereiro, ElBaradei efectua a sua visita ao Irão onde é surpreendido pelo grau de avanço tecnológico do programa iraniano.

A 6 e Junho, num relatório apresentado aos governadores do Comité Permanente da

AIEA, ElBaradei afirma que as actividades clandestinas do Irão podem indiciar uma violação do TNPT, especificando que Teerão não declarou as quantidades de material nuclear importado recentemente a partir da China.

Entre Junho e Agosto, o Irão inicia testes de conversão de urânio. Em Setembro a AIEA adopta por unanimidade uma resolução na qual estabelece como prazo limite a data de 31 de Outubro para que Teerão forneça à Agência documentos relativos às suas actividades de conversão e enriquecimento de urânio. Em Outubro a França, a Alemanha e o Reino Unido após algumas *démarches* negociais, os Ministros dos Negócios Estrangeiros destes países declaram que o Irão aceitou fornecer a documentação solicitada e suspender as actividades de I&D nuclear.

Após a leitura da documentação cedida, ElBaradei declara no início de Novembro que os mesmos provam que o Irão levou a cabo ao longo das últimas duas décadas actividades de I&D clandestinas que infringem o TNP e que continua a impedir o acesso de inspectores à central eléctrica da empresa Kalaye. O relatório afirma ainda que o Irão procedeu à separação de uma pequena quantidade de plutónio a partir de combustível nuclear produzido num reactor nuclear de investigação localizado na capital. A 26 de Novembro a AIEA emite uma resolução censurando o Irão pelo não cumprimento das suas obrigações ao abrigo do TNP¹⁷. A 18 de Dezembro o Irão assina um protocolo adicional ao TNP, o qual deveria para entrar em vigor, ser ratificado pelo Parlamento nacional.

Em Fevereiro de 2004, Abdul Qadeer Khan (o “pai” do programa nuclear paquistanês) revela numa entrevista televisiva que dirigiu uma rede de fornecimento de tecnologia e materiais nucleares a qual forneceu ao Irão tecnologia para a construção de centrifugadoras. No final do mês num novo relatório da AIEA é denunciado o não cumprimento dos protocolos por parte do Irão bem como é referenciada a detecção de partículas de urânio enriquecido nas instalações de Natanz e da empresa Kalaye. Teerão afirma que as centrifugadoras foram construídas com tecnologia e materiais nacionais, mas um relatório do Inspector-Geral da Polícia da Malásia declara que centrifugadoras usadas foram exportadas pelo Paquistão via Malásia entre 1994 e 1995.

Em Março o Irão anuncia o adiamento de uma visita de ElBaradei como resposta ao relatório da AIEA. Entre Abril e Julho iria suceder-se um conjunto de relatórios, declarações e resoluções mútuos nos quais acusações da AIEA no que concerne à construção por parte do Irão de centrifugadoras são desmentidas por este, as quais culminam em finais de Agosto com o anúncio iraniano de que havia iniciado a conversão de uma determinada quantidade de óxido de urânio capaz de produzir urânio passível de ser aplicado na construção de armas nucleares. No prazo de quinze dias a AIEA exararia um relatório e uma resolução nos quais apelava uma vez mais à cooperação iraniana no que concerne ao apoio às inspecções no terreno por parte da Agência.

Em Outubro de 2004 o parlamento iraniano aprova por unanimidade uma moção que estipula o reinício do enriquecimento de urânio, isto após uma suspensão temporária

voluntária, tendo-se, em Novembro desse mesmo ano, largas centenas de estudantes concentrado em frente às instalações da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) em Teerão reclamando o direito do Irão em desenvolver um programa de investigação e produção de energia nuclear¹⁸.

Neste mês, e após uma série de conversações com o grupo UE-3, o Irão notifica a AIEA que irá suspender as suas actividades de conversão e enriquecimento de urânio enquanto durarem as negociações com o grupo europeu que visam assegurar que o programa nuclear iraniano é para fins exclusivamente pacíficos. O texto refere “os direitos do Irão” ao abrigo do TNP e sublinha que a suspensão das actividades é voluntária e não tendo por bases quaisquer fundamentos jurídicos. O pressuposto do grupo UE-3 é o de “controlar” o programa nuclear iraniano em troca de contrapartidas económicas por parte da União Europeia, como a adesão do Irão à Organização Mundial de Comércio¹⁹. No final do ano é patente que as negociações são mais simbólicas do que substantivas e que Teerão pretende ganhar tempo.

3. Anos de 2005-2006: o agudizar da crise

O ano de 2005 assistiria a um crescendo na gravidade das actividades nucleares iranianas bem como das denúncias da AIEA²⁰. A 21 de Fevereiro, ElBaradei numa entrevista à revista alemã *Der Spiegel* afirma que o Irão terá dentro de dois a três anos a capacidade de produzir uma arma nuclear. A 27 de Fevereiro a Rússia anuncia que chegou a um acordo com o Irão para o fornecimento de combustível nuclear não usado para a central de Bushehr que está ajudar a construir e que recolherá o combustível nuclear usado pelo reactor (evitando a separação do plutónio), o qual terá no entanto de permanecer no Irão durante dois a cinco anos, tempo necessário para que possa arrefecer e ser transportado com segurança. Neste mesmo mês o Irão assina um acordo de cooperação técnica com a Coreia do Norte e uma “aliança estratégica com a Síria. No mês de Março surgem novas denúncias de infracções por parte do Irão ao mesmo tempo que o grupo UE-3 conclui que as negociações não estão a evoluir positivamente. Entre Abril e Maio o Irão endurece a sua posição, afirmando que não abdicará de enriquecer urânio, ainda que esteja aberto a negociações. Em Junho, o Irão concorda em manter suspensas as suas actividades de enriquecimento de urânio até Agosto, aguardando por novas proposta da União Europeia ao mesmo tempo que ElBaradei volta a divulgar algumas reservas quanto à cooperação iraniana.

A 24 de Junho, o antigo Presidente da Câmara de Teerão, Mahmmoud Ahmadinejad é eleito Presidente da República Islâmica do Irão, radicalizando ainda mais a posição de Teerão e criando uma linha de fractura interna entre as elites políticas e religiosas iranianas, a qual analisaremos sumariamente mais em baixo.

A 10 de Agosto o Irão remove os selos de protecção da central de conversão de urânio em Esfahan, sendo censurado veemente no dia seguinte pela AIEA. Entre Setembro e Outubro a Agência apela por várias vezes a Teerão para que regresse à mesa das

negociações e cumpra o preceituado no TNPT. No entanto a 21 de Novembro o Irão endureceria ainda mais a sua posição ao interditar o acesso às instalações nucleares por parte de inspectores da AIEA, ao mesmo tempo que fornecia novos documentos que permitiam esclarecer algumas dúvidas sobre a natureza do seu programa nuclear. No final do mês o UE-3 concordou em retomar as negociações desde que o Irão aceitasse a proposta de Moscovo para que as actividades de enriquecimento de urânio fossem feitas na Rússia.

Independentemente destas propostas que foram aceites como ponto de partida para um negociação, a 3 de Janeiro de 2006, Teerão anunciava o reinício das suas actividades investigação e desenvolvimento nuclear requerendo à AIEA a remoção total dos selos de segurança existentes em Natanz, Pars Trash, e Faraynad. Ante a resposta negativa a 10 de Janeiro, técnicos iranianos procederam à remoção dos referidos selos. A 4 de Fevereiro os governadores da AIEA após a leitura do relatório apresentado por ElBaradei sobre os mais recentes desenvolvimentos nucleares iranianos, e perante as preocupações manifestadas no mesmo, acordaram que a questão nuclear iraniana fosse analisada numa última reunião da Agência em 6 de Março deste ano, dando ao Irão o prazo de um mês para cooperar. Após este prazo e em caso de incumprimento por parte de Teerão a questão transitaria para o Conselho de Segurança²¹. Entretanto, entre 20 e 21 de Fevereiro decorreram negociações em Moscovo com vista a que uma proposta russa viesse a ser aceite.

Esta assentava basicamente em quatro pontos: (1) o enriquecimento de urânio deveria ser feito em território russo; (2) Teerão teria de concordar com uma moratória de 7 a 9 anos relativamente ao enriquecimento industrial de urânio; (3) teria de assinar o Protocolo Adicional ao TNPN; e (4) em troca receberia uma autorização para desenvolver actividades de enriquecimento de urânio, mas em pequena escala e apenas para fins de investigação, sempre sob inspecção da AIEA.

No início de Março, Teerão declarava que concordava em princípio mas parcialmente com a proposta russa, mas que não abdicaria de proceder ao enriquecimento de parte do urânio no Irão. Esta posição levou a que Moscovo retirasse da mesa de negociações esta proposta, confirmada a 7 de Março aquando da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros russo Serguei Lavrov a Washington, onde se encontrou com Condoleezza Rice e o Presidente George W. Bush.

Entre 6 e 9 de Março decorreu a reunião dos governadores da AIEA, isto após novo fracasso de uma abordagem diplomática feita pela *troika* da União Europeia chefiada por Javier Solana e novas ameaças de Ali Larijani (representante iraniano nas negociações com a AIEA) de que caso a questão revertsse para o Conselho de Segurança o Irão iniciaria sem constrangimentos o processo de enriquecimento de urânio²². A 11 de Março, Teerão recusava formalmente a proposta de Moscovo.

3.1. A Política Interna Iraniana e o Programa Nuclear

A envolvente sócio-política iraniana é complexa e fluida sendo também influenciada por factores de política externa como a já referida presença militar americana em torno do Irão, como se de uma “prensa geopolítica” se tratasse. Ainda que aparentemente, e a julgar pelas declarações efectuadas no passado recente por alguns líderes iranianos, que indiciam haver a motivação para obter uma capacidade nuclear militar, existem dinâmicas telúricas de política interna que moldam talvez de forma mais decisiva do que julga a opção estratégica do regime de Teerão²³.

A administração relativamente reformista do anterior Presidente Khatami não logrou instalar um programa de reformas sociais suficientemente fortes e capazes de satisfazer uma população jovem, ambiciosa e crescentemente frustrada, muito por razões imputáveis ao bloqueio da teocracia conservadora que impôs limitações nos candidatos disponíveis para as eleições para o Majlis e para as presidenciais (ambas em 2005) trouxe para surpresa de muitos, e quiçá de alguns teocratas conservadores, a eleição do ex-Presidente da Câmara Municipal de Teerão, Mahmoud Ahmadinejad, eleito a partir de uma plataforma populista e ultra-nacionalista onde se afirmou como o porta-voz das classes mais pobres²⁴.

Após a sua eleição, Ahmadinejad lançou públicos e violentos ataques a Israel, procedeu à substituição de membros moderados do governo e tecnocratas de Ministérios importantes, bem como da equipa de diplomatas envolvida nas negociações sobre o programa nuclear com os três países da União Europeia (UE-3: França, Alemanha, Reino Unido). Se estas acções não foram populares na comunidade internacional, no plano interno, também não agradaram aos sectores mais moderados, inclusive da própria teocracia.

Ainda que o programa nuclear seja apoiado unanimemente pelos diferentes sectores, as estratégias a seguir pelo Estado iraniano relativamente às pressões internacionais variam. Para alguns analistas políticos iranianos, o Presidente não pretende obter qualquer tipo e compromisso ou efectuar qualquer cedência no programa nuclear. A imprensa leal a Ahmadinejad não se tem coibido de afirmar que “os iranianos não devem ter medo dos Estados Unidos, tendo dado provas mais do que suficientes de que conseguem esmagar planos que visem a deposição do governo islâmico”²⁵.

A 11 de Fevereiro, aquando da comemoração do aniversário da Revolução Islâmica Iraniana, o Presidente menosprezou a proposta de compromisso russa, lançou dúvidas sobre a sinceridade de Moscovo, ameaçando que caso a questão nuclear iraniana fosse levada ao Conselho de Segurança da ONU, o Irão retirar-se-ia do Tratado de Não-Proliferação Nuclear²⁶.

No entanto o sector moderado que parece ter o apoio do líder supremo o Ayatollah Ali Khamenei e do Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional Ali Larijani, referiu alguns aspectos positivos da proposta russa, não se escusando a declarar que o Irão não se retiraria do TNP. Esta é uma posição mais próxima da defendida pelo líder moderado e ex-Presidente Ali Akhbar Hashemi Rafsanjani (derrotado por Ahmadinejad nas eleições

presidenciais) a qual defende uma abordagem mais cooperativa com a comunidade internacional. As lutas intestinas na elite político-religiosa iraniana tornaram-se particularmente visíveis quando no dia 4 de Fevereiro, após a AIEA ter votado em levar a questão nuclear iraniana ao Conselho de Segurança da ONU, Ahmadinejad anunciou que o Irão iria retomar unilateralmente as suas actividades de enriquecimento de urânio, proibindo as inspecções dos monitores da AIEA. No dia seguinte, e em contraponto, o Conselho Supremo para a Segurança Nacional declarou que não havia sido tomada qualquer decisão quanto ao retomar das actividades de enriquecimento de urânio²⁷.

Ahmadinejad e os seus apoiantes podem ser uma minoria, mas são activistas empenhados numa sociedade que é essencialmente passiva²⁸. No entanto, e para a maioria da população tais acções conjuntamente com o programa nuclear simbolizam uma questão de orgulho nacional que é bastante patente no *marketing* promocional que o governo de Ahmadinejad tem feito em redor da energia nuclear²⁹.

A linha confrontacional do Presidente iraniano poderá vir a descambar numa situação de marcado antagonismo e irredutibilidade de posições passíveis de agudizarem mais a crise já existente com os Estados Unidos e a comunidade internacional.

3.2. A Reacção da Comunidade Internacional e das Diferentes Potências Face ao Programa Nuclear Iraniano

De seguida passaremos a sistematizar as posições dos diferentes actores tendo como base as posições oficiais veiculadas na imprensa internacional.

3.2.1. A Posição do Irão

A posição de Teerão é complexa sendo multidimensional. As autoridades iranianas argumentam que ao abrigo do Direito Internacional e do TNP têm direito a conduzirem actividades de investigação e desenvolvimento sobre o ciclo completo de produção nuclear, o qual tem intenções pacíficas, não constituindo uma ameaça para a região, a qual está a ser empolada intencionalmente pelos Estados Unidos. É um programa que visa reduzir a exploração intensiva do petróleo e gás natural existente no país, relembrando que a produção de armas nucleares é proibida pelo Islão.

Ainda que não negue o facto de ter obtido tecnologia nuclear a partir da rede clandestina de A. Q. Khan, justifica tal opção com o facto de o embargo internacional não lhe permitir ter acesso a tal tecnologia. Reforça as suas intenções pacíficas com o facto de ser signatário do Protocolo Adicional do TNP, de nunca ter invadido outro país e de que não está a infringir as resoluções das Nações Unidas.

Teerão recorda ainda que existe uma marcante duplicidade de critérios no que concerne a programas nucleares, com a Índia, o Paquistão e Israel a não sofrerem sanções pesadas por não serem signatários do TNPT, isto numa altura em que os Estados Unidos

assinaram um acordo de cooperação com a Índia que visa a adesão desta ao Tratado, dando a impressão que “o crime compensa”³⁰.

3.2.2. A Posição Russa

Moscovo tem providenciado um assinalável apoio técnico e material ao programa nuclear iraniano, cuja face mais visível é a central nuclear de Bushehr (veja-se Anexo I)³¹. O Kremlin concordou tal como a China em levar a questão iraniana ao Conselho de Segurança, no entanto, e ao contrário das outras potências envolvidas nesta crise, as autoridades russas acreditam que o programa nuclear iraniano ainda se encontra no mínimo a uma distância de cinco anos de eventualmente poder vir a deter capacidade nuclear efectiva, pelo apóiam uma solução diplomática de médio prazo.

A Rússia afirmou desde a primeira hora que não poderia aceitar o Irão como uma potência nuclear, no entanto reconhece o direito do mesmo a conduzir um programa de investigação e desenvolvimento. A complexidade da posição russa surge assim da defesa da ambivalência destes dois princípios. Os interesses da Rússia são idênticos aos da comunidade internacional existem é divergências quanto aos métodos para atingir os objectivos.

Ainda que Moscovo tenha vindo a apoiar consideravelmente o programa nuclear civil iraniano retirando daí fortes dividendos financeiros, a componente militar deste é algo que não deixa de preocupar os estrategistas do Kremlin, visto que tal materializaria o aparecimento de uma potência militar nuclear na sua fronteira Sul, onde Teerão já detém uma influência assinalável. Desta forma, não deixa de ser curioso saber como Vladimir Putin consegue equilibrar mais valias económicas com um potencial a médio de prazo de maior insegurança na região do Mar Cáspio e do Médio Oriente. Mesmo que o intuito seja a recuperação do protagonismo estratégico da Rússia no Médio Oriente, os riscos associados à materialização do Irão como uma potência nuclear em termos de proliferação não deixariam de ter sérias consequências no que concerne à questão chechena, onde a guerrilha local poderia na pior das hipóteses, vir a obter urânio e tecnologia capaz de fabricar pelo menos aquilo que vulgarizou chamar de “bomba nuclear suja”³².

No entanto Moscovo tem assinado vários acordos de venda de armamento ao Irão, o mais recente foi em Dezembro de 2005, ao abrigo do qual irá fornecer o sistema de defesa anti-aérea próxima Tor-M1 que deverá estar em pleno funcionamento até final deste ano. No mesmo sentido iniciaram-se negociações em Janeiro de 2006 convista à venda de mais um pacote com vários sistemas de defesa anti-aérea de alcance médio S-300, os quais são essenciais para a defesa das suas infraestruturas de investigação e desenvolvimento nuclear³³.

Moscovo só poderá tirar vantagem desta sua estratégia se os conflitos em redor e em virtude do Irão não se agravarem e se Teerão voltar a reconhecer abertamente a autoridade inspectora da Agência Internacional de Energia Atómica. O modelo de

fornecimento de urânio enriquecido proposto pelo Kremlin, se tivesse sido aceite, poderia impedir uma eventual inflexão militar do programa nuclear, mas existiam alguns óbices à adoção sem condições por parte do governo iraniano de uma tal proposta, como se explica mais adiante.

3.2.3. A Posição Chinesa

A China encontra-se sob um dilema de segurança. Os acordos petrolíferos assinados por Pequim aproximaram consideravelmente chineses e iranianos. A liderança chinesa é contra a imposição de um embargo, tendo apoiado discreta e passivamente a proposta russa de enriquecimento de urânio como forma de adiar posições diplomáticas difíceis. Uma eventual opção militar limitará seriamente o fornecimento de petróleo e gás à China pelo que Pequim, devido ao peso diplomático que (ainda) não tem na região (ao contrário da península coreana) procura enveredar uma abordagem cooperativa através de Moscovo, ainda que tenha votado a favor do envio da questão iraniana ao Conselho de Segurança.

À medida que a capacidade de influência da *troika* da União Europeia se desvanece, a China conjuntamente com a Rússia poderão vir a ter um *leverage* crescente na atenuação da crise, ainda que as abordagens de Pequim a sucederem serão *à la long* num modelo similar ao das negociações a seis sobre o programa nuclear norte-coreano, exigindo paciência por parte da comunidade internacional.

Pequim tem feito grandes desenvolvimentos em termos de investigação e desenvolvimento do seu programa de produção de energia nuclear, tencionando construir até 2020 mais 30 centrais nucleares. Esta vitalidade chinesa poderá vir a posicionar a China como um parceiro privilegiado de fornecimento de tecnologia ao Irão, desde que não viole o preceituado no Protocolo Adicional do TNPT e no estabelecido pelo Grupo de Fornecedores Nucleares.

3.2.4. A Posição Norte-Americana

A votação de 4 de Fevereiro de 2006 da AIEA aparentemente pode ter sido uma pequena vitória diplomática dos Estados Unidos, no entanto a Secretária de Estado, Condoleezza Rice, declarou no dia seguinte que não estava nos horizontes da diplomacia norte-americana a imposição de sanções imediatas ao Irão³⁴. O discurso do “Eixo do Mal” do Presidente George W. Bush aliado à aprovação de uma nova Estratégia de Segurança Nacional em Setembro de 2002 que preceitua o emprego preemptivo da força militar no lidar com Estados que busquem obter ou desenvolver armas de destruição maciça, teve o seu teste com a invasão do Iraque, que quanto mais não fosse contribuiu para que a apelatividade desta estratégia começasse a perder algum do seu “anterior brilho”. No entanto, e no plano meramente dos princípios, a posição de Washington não deixa de ser ambivalente. Se por um lado mobiliza e condiciona o desenvolvimento de programas nucleares por parte da Coreia do Norte e do Irão, por outro, reconhece outras potências nucleares que não aderiram ao TNPN, casos da Índia e do Paquistão (para não falar de Israel), tendo assinado no início de Março com Nova Deli um Acordo nuclear que irá

permitir a inspecção dos 14 reactores nucleares civis indianos até 2014 por parte da AEIA. Em troca Nova Deli receberá tecnologia nuclear norte-americana que lhe permitirá compensar as suas enormes necessidades de energia, que conjuntamente com a China têm contribuído para inflacionar o preço do petróleo nos mercados internacionais. No entanto, este Acordo deixa de fora das inspecções internacionais os 8 reactores nucleares militares e permitem à Índia produzir sem limitações urânio enriquecido, ao mesmo tempo que não estabelece a obrigatoriedade de Nova Deli aderir ao TNPN. Nesta perspectiva, Piongyang e Teerão têm mais do que motivos para pensarem que “o crime compensa”, enquanto que Islamabad poderá começar a questionar as vantagens de ser o principal aliado dos Estados Unidos no combate ao terrorismo no Afeganistão, quando o seu principal adversário estratégico assina um Acordo que lhe permitirá aperfeiçoar a tecnologia nuclear por infusão de *know-how* norte-americano.

3.2.5. A Posição da União Europeia

A posição da União Europeia tem como porta-voz e interlocutor a *troika* UE-3³⁵. A União defende a resolução pacífica da crise, tendo-se empenhado em sistemáticos contactos diplomáticos em nome da AIEA ao longo dos últimos dois anos, ainda que sem grandes resultados. Dos três Estados que fazem parte da *troika*, a França tem sido a mais activa na pressão exercida para que Teerão coopere com a comunidade internacional, chegando o Presidente Jacques Chirac a declarar, numa referência indirecta ao Irão, que a França não hesitará em recorrer às suas armas nucleares contra um Estado que apoie actos terroristas em solo francês³⁶.

Ante o fracasso das suas abordagens diplomáticas, a UE-3 concordou em levar a questão iraniana ao Conselho de Segurança.

4. As opções ao dispor da Comunidade Internacional

As opções ao dispor da comunidade internacional não muito apelativas para o Irão, tendo em linha de conta a sua determinação em materializar um programa nuclear que abranja o ciclo completo de produção.

A proposta avançada por Moscovo no sentido de que o enriquecimento de urânio fosse feito na Rússia que ficaria igualmente responsável por recolher o combustível usado (impedindo a produção de plutónio a partir deste) teria a vantagem sob a perspectiva da comunidade internacional de garantir os fins pacíficos do programa nuclear iraniano por amputação do núcleo fulcral do ciclo de produção nuclear a partir do qual se pode proceder a aplicações militares deste.

Esta proposta russa no sentido de o Irão manter no seu território alguns dos seus elementos tecnológicos associados à produção nuclear, tentou conciliar, se assim lhe podemos chamar, o melhor de “dois mundos”. Por um lado procurou fazer com que o Teerão renunciasse ao enriquecimento de urânio - a fase mais crítica de um ciclo de

produção de combustível nuclear - actuando em consonância com as preocupações da comunidade internacional (principalmente Estados Unidos e União Europeia), por outro visava retirar dividendos financeiros da aceitação por parte do Irão da sua proposta para que o enriquecimento fosse feito em território russo, aumentando ainda a sua "influência relativa" sobre Teerão.

No entanto, as autoridades iranianas albergavam sérias dúvidas quanto à viabilidade e vantagem de tal opção, fruto de uma anterior e mal sucedida experiência anterior (Eurodif), e perante o endurecimento da posição russa após a visita do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros a Washington, a recusa tornou-se numa inevitabilidade, formalizada em 11 de Março de 2006.

De facto, em 1973 foi fundada a Eurodif, que era originariamente um consórcio de cinco países (Bélgica, França, Irão, Itália e Espanha) e visava fornecer urânio enriquecido aos países co-financiadores do projecto³⁷. Na perspectiva da não-proliferação o modelo tinha vantagens pois os países financiadores não participavam no processo de enriquecimento, pagando o serviço que obtinham, com riscos mínimos em termos de diversão de tecnologia e de materiais físséis. Como a França era um Estado nuclear, os riscos de poderem haver desvios de urânio enriquecido em prol de eventuais programas clandestinos era também consideravelmente minimizado.

O envolvimento inicial iraniano no projecto foi dado pelo Xá Reza Pahlavi que em 1974 contribuiu com 1 bilião de dólares para a Comissão Francesa de Energia Atómica para construção da fábrica de enriquecimento. Esta injeção de capital permitiria a Teerão receber cerca de 10 por cento da produção. Em 1977, o Irão contribuiu com mais 180 milhões de dólares em troca de um pacote adicional de serviços a fornecer pela Eurodif. No entanto, em 1979, ano da Revolução Islâmica, as novas autoridades iranianas suspenderiam a sua participação no projecto, ironicamente quando a empresa começou a produzir urânio enriquecido. A justificação foi a de que o Ayatollah Ruhollah Khomeini não estava interessado na energia nuclear. O Irão não chegou assim a receber aquilo a que tinha direito, mas que voluntariamente havia agora abdicado.

Nos anos seguintes através de uma batalha judicial o Irão procurou reaver as verbas que haviam sido entregues ao consórcio, só o conseguindo em 1991, quando recebeu 1,6 biliões de dólares (juros incluídos). As empresas francesas foram compensadas pelo respectivo governo, mas o Irão permaneceu como um dos accionistas da Eurodif através da empresa franco-iraniana Solidif que detinha 25 por cento do capital daquela.

Uma vez mais Teerão não iria sair beneficiada, pois quando o acordo judicial foi estabelecido por um tribunal francês, as autoridades iranianas já exigiam que o pagamento fosse feito em urânio enriquecido, o que não foi concedido porque para o governo francês o contrato de obrigação de fornecimento havia caducado em 1990 e o Irão já se encontrava sujeito a sanções económicas dos países ocidentais. Este episódio pode justificar as reticências que o Irão apresenta relativamente à fiabilidade e garantia da proposta russa³⁸.

Uma segunda opção que passa pelas abordagens cooperativas avançadas pelo UE-3 no sentido de facilitar a adesão do Irão à Organização Mundial de Comércio, para além da possibilidade (não avançada pela Casa Branca) de no futuro os Estados Unidos poderem reatar as relações diplomáticas com Teerão, eventual e subsequentemente libertarem os fundos do Estado iraniano depositados em território norte-americano (congelados em 1979 em resultado do sequestro de diplomatas norte-americanos na embaixada dos Estados Unidos em Teerão), e facilitarem o acesso iraniano a tecnologia que lhe permitam modernizar a sua indústria petrolífera, tudo em troca da continuação das inspecções sem limitações por parte da AIEA, não parece ser apelativa para os interesses nacionais do Irão, que a vê como uma inaceitável violação da sua soberania, nem por enquanto para a Casa Branca.

Esta irredutibilidade iraniana pode levar a uma terceira opção: a das sanções económicas, as quais só se concretizarão se existir um assinalável grau de consonância internacional e depende substancialmente de dois membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU: a Rússia e a China. A China está cada vez mais dependente do fornecimento petrolífero por parte do Irão, e a Europa Ocidental mesmo que force um embargo económico ao Irão, a sua dependência energética da Rússia limita o seu poder de influência sobre Moscovo, ao mesmo tempo que existem divergências no seio da União Europeia quanto à efectividade de uma opção com base em sanções dada a permeabilidade da mesma tendo em consideração exemplos recentes de embargos económicos mal sucedidos como o do Iraque e o da Coreia do Norte, entre outros³⁹.

Uma quarta e derradeira opção é o recurso ao poder militar para destruir ou retardar o programa nuclear iraniano, opção esta que agora analisaremos com mais profundidade.

5. Possíveis consequências da Opção Militar

A opção por uma intervenção militar terrestre de grande envergadura tendo em vista a deposição do regime não é actualmente possível de ser concretizada tendo em linha de conta o empenhamento do Exército norte-americano tanto no Iraque (150 mil homens) como no Afeganistão (18 mil efectivos)⁴⁰. Uma tal operação requererá no mínimo e optimisticamente cerca de 100 mil efectivos do Exército norte-americano ou de uma coligação que possa vir a ser formada. Actualmente os Estados Unidos não dispõem de meios humanos em reserva suficientes para a consecução de tal operação⁴¹.

Resta então a opção por um ataque aéreo sustentado capaz de destruir, ou pelo menos atrasar o programa nuclear iraniano. Uma tal operação militar norte-americana e/ou israelita que envolva um ataque aéreo às diversas instalações do complexo nuclear iraniano será naturalmente bem maior do que uma conduzida por Israel que não tem capacidade de atacar todos os possíveis alvos quase que em simultaneidade. Ambos implicarão a destruição sistemática das capacidades de defesa aérea do Irão bem como evitar que Teerão possa retaliar em força. Esta modalidade de acção requerá ainda a

destruição das unidades da Guarda Revolucionária Iraniana localizadas perto da fronteira com o Iraque bem como das forças navais regulares ou irregulares que possam tentar limitar o tráfego marítimo no Golfo Pérsico atacando os petroleiros.

No entanto ela não conseguirá mais do que atrasar o programa iraniano em cerca de cinco anos, pois dificilmente serão destruídas todas as infra-estruturas ligadas ao programa nuclear.

Se os Estados Unidos optarem por um ataque aéreo este implicará na prática um conjunto de acções que não se limitarão a atacar as instalações conectadas ao programa nuclear iraniano. A partir deste momento, a relação entre Estados Unidos e Irão assentará única e exclusivamente numa dinâmica de violência.

Tal operação, a concretizar-se, visará obviamente e numa primeira fase destruir ou infligir danos capazes de atrasarem durante pelo menos por cinco anos o programa nuclear de Teerão, mas no plano político-estratégico demonstrará a determinação de Washington em correr e aceitar riscos associados a uma tal acção preventiva, enviando uma mensagem que não passará despercebida a Piongyang⁴².

A operação aérea basear-se-á, em princípio, nos aviões estacionados na região, bem como no grupo ou grupos de porta-aviões no Golfo Pérsico e nos bombardeiros estratégicos B-1B e B-2 estacionados no atol de Diego Garcia no Oceano Índico, nos Estados Unidos e no Reino Unido (base de Fairford)⁴³.

Numa fase inicial que se prevê de curta duração visar-se-á a supressão das defesas aéreas e anti-aéreas iranianas de forma a minimizar os riscos de abate de aviões norte-americanos⁴⁴. Os principais centros de comando e controlo e bases aéreas em Teerão, Tabriz, Hamadan, Dezful, Umidyieh, Shiraz e Isfahan (do Comando Militar Oeste) e Bushehr, Bandar Abbas e Chah Bahar (do Comando Sul) serão assim atacados⁴⁵.

Numa outra fase (que poderá decorrer em paralelo com a anterior) proceder-se-á à destruição de infraestruturas ligadas à investigação, desenvolvimento e produção de mísseis balísticos de médio alcance bem como das bases onde estes estejam eventualmente estacionados⁴⁶.

Os ataques aéreos às instalações ligadas ao programa de I&D nuclear iraniano acarretarão a sua destruição, a saber:

- O reactor de investigação conjuntamente com a unidade anexa de produção de rádio-isótopos, os laboratórios de pesquisa nuclear e a empresa eléctrica iraniana Kalaye, todos em Teerão.
- O centro de tecnologia nuclear em Esfahan.
- A central de enriquecimento nuclear em Natanz.
- As instalações em Arak.
- A central nuclear em fase de construção em Bushehr⁴⁷.

Os ataques serão efectuados mais ou menos em simultâneo de forma a vitimar o maior número possível de técnicos e cientistas com o objectivo de limitar severamente a continuidade do projecto nuclear, prevendo que o número de vítimas civis exceda as largas centenas e as baixas militares alguns milhares. Nesta óptica o bombardeamento de universidades e laboratórios suspeitos de apoiarem a investigação nuclear será também efectuado. Concomitantemente, um ataque diurno provocará mais baixas entre o pessoal técnico, mas também poderá aumentar a vulnerabilidade das aeronaves envolvidas nos ataques, não obstante as grandes limitações das defesas aéreas e anti-aéreas iranianas. Entre as muitas baixas zrovocadas estarão certamente centenas de técnicos russos envolvidos no apoio ao programa nuclear iraniano, o que terá consequências graves para as relações entre Washington e Moscovo, mas que servirá de desincentivo a cientistas e técnicos de países terceiros que pretendam colaborar num eventual e subsequente programa nuclear iraniano.

Como referência é possível que sejam efectuadas cerca de 100 saídas por avião, apoiadas por várias centenas de saídas de aviões de reabastecimento aéreo, de aviões de reconhecimento, e aeronaves com missões de supressão das defesas, tudo conjugado com o lançamento de algumas centenas de mísseis de cruzeiro.

Após uma avaliação de danos inflingidos, os principais alvos serão novamente bombardeados, sendo possível que a operação militar se prolongue ao longo de 10 dias, dependendo da resposta iraniana.

Para que esta seja reduzida ao mínimo possível tornar-se-á imprescindível que os ataques aéreos contemplem igualmente as bases e os centros ligados aos mísseis balísticos⁴⁸.

Ainda mais importante será o de evitar ataques retaliatórios por parte do Irão que coloquem em causa o transporte de petróleo e gás natural através do Estreito de Ormuz. Para tal será fulcral proceder à destruição das baterias de mísseis anti-navio localizadas ao longo da costa do Golfo Pérsico e do Golfo de Oman, bem como a pequena esquadra de navios de guerra iranianos (a maior parte dos quais estão ancorados em Bushehr) e as bases navais de Bandar Abbas e Chah Bahar onde ancoram os três submarinos de fabrico russo da classe Kilo e por fim as das ilhas de Kharg e de Abu Musa as quais estão bem defendidas e possuem um bom apoio logístico⁴⁹.

Quadro 1 - As Capacidades Balísticas do Irão em 2005

ENCONTRA-SE EM PDF

Após a experiência negativa no confronto com a Marinha norte-americana em Abril de 1988 naquilo que se designou por “guerra dos petroleiros”, as forças iranianas basearão fundamentalmente as suas operações de retaliação através de raids suicidas com pequenas tripulações (presumivelmente da Guarda Revolucionária Iraniana) ao leme de pequenas lanchas rápidas com o objectivo de interromper o trânsito de petroleiros.

É igualmente muito provável que elementos da Guarda Revolucionária e do Exército sejam enviados para o Iraque de forma a apoiarem as milícias armadas no combate às forças norte-americanas. Neste cenário, as bases do Exército situadas perto da fronteira com o Iraque (Abadan, Khorramshahr, Ahvaz, Dezfuland, e Mahabad) terão de ser atacadas e destruídas pelos meios aéreos americanos. Ainda que se proceda à destruição de pontes nas imediações da fronteira entre o Iraque e o Irão, a porosidade desta fará com que tais acções sejam meramente simbólicas.

No entanto, um tal ataque terá consequências relevantes para a segurança regional, senão mesmo global, pois o Irão tem ao seu dispôr um conjunto de respostas cujo efeito e consequências não serão sentidas de imediato. Senão vejamos:

(1) Uma das consequências imediatas dos ataques será o de unificar os diferentes sectores político-religiosos iranianos, fortalecendo a base de apoio e a agenda radical do presidente Ahmadinejad⁵⁰.

(2) Subjacente a este facto será o de que o programa nuclear iraniano irá sofrer um novo impulso - ainda que destruído total ou parcialmente - como resultado de uma maior determinação nacional em fazer frente aos ataques militares que tenham sido sancionados ou não pela comunidade internacional. A existência de redundância em nichos de I&D do programa nuclear e o facto de algumas das instalações estarem a uma profundidade tal que não serão destruídas pelos ataques convencionais permitirá a retoma daquele com relativa facilidade⁵¹.

(3) O Irão retirar-se-á imediatamente do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, aumentando os receios de uma futura disseminação da tecnologia nuclear por actores estatais ou grupos radicais islâmicos passíveis de ameaçarem a estabilidade tanto do Médio Oriente como da Ásia Central. Teerão será ao fim de algum tempo uma potência nuclear, ou ciclicamente os Estados Unidos terão de continuar a lançar ataques aéreos sobre as infraestruturas ligadas ao programa nuclear de forma a atrasá-lo o mais possível.

(4) É possível que grupos radicais apoiados pelo Irão desenvolvam e concretizem planos com vista à sabotagem das instalações ligadas à extracção, produção e transporte de petróleo na região Ocidental do Golfo Pérsico. Mesmo que se proceda a um natural aumento da segurança destas instalações - que já é bastante elevada - o sucesso de um outro ataque terá um impacto bastante gravoso sobre o já muito inflacionado e especulativo mercado do petróleo.

(5) Teerão concentrará também esforços no ataque ao tráfego marítimo dos petroleiros no Estreito de Ormuz, que à semelhança do referido anteriormente e em caso de sucesso de um ataque a um petroleiro irá afectar seriamente o mercado petrolífero, contribuindo para um maior aumento do preço do barril.

(6) As forças da Guarda Revolucionária Iraniana incrementarão as suas acções de apoio às milícias no Iraque. Uma tal escalada implicará o aumento das acções militares norte-americanas sobre bases militares e depósitos localizados perto da fronteira com o Iraque de forma a mitigar tal apoio. A insurreição no Iraque que está longe de ser controlada e que assume agora os contornos de uma possível guerra civil, se alimentada pelas armas iranianas tornar-se-á um pesadelo ainda maior do que já o é para as forças militares norte-americanas, que também contribuirá, quanto mais não seja, sob a perspectiva psicológica dos mercados para um aumento dos preços⁵².

(7) Teerão reforçará o seu apoio político e económico ao Hezbollah no Sul do Líbano, deixando de limitar os ataques de *rockets* Katyusha deste movimento sobre o Norte de Israel, os quais darão origem a uma resposta militar em larga escala por parte de Telavive, que passará pela invasão do Sul do Líbano⁵³. Adicionalmente o Hamas verá o seu apoio reforçado pelo Irão, polarizando ainda mais a política da Autoridade Palestiniana relativamente ao Estado de Israel, podendo marcar o atestado de óbito no moribundo “mapa para a paz” no Médio Oriente⁵⁴. Não será também de descurar um eventual apoio material do Irão aos movimentos de guerrilha muçulmana que operam na Nigéria com o objectivo de desestabilizarem ainda mais os mercados internacionais de negociação de crude⁵⁵.

(8) Devido ao apreciável volume financeiro dos Acordos petrolíferos assinados pelo Irão com a China⁵⁶ e a Índia, bem como pelos laços estreitos que a diplomacia de Teerão e de Moscovo⁵⁷ têm experimentado recentemente um ataque militar norte-americano não deixará de gerar uma forte censura russa e chinesa no Conselho de Segurança da ONU, ao mesmo tempo que, e na eventualidade de Washington pretender obter um mandato da organização que valide uma eventual acção militar, tal nunca será obtido devido ao poder de veto destes dois países.

No caso de um ataque por parte de Israel este poderá ser justificado segundo o argumento - agora ainda mais reforçado pelas declarações incendiárias do Presidente Ahmadinejad - de que desde a Revolução Iraniana de 1979, que o Irão se consubstancia como a maior ameaça à existência do Estado de Israel⁵⁸.

Israel é uma potência nuclear não declarada desde finais da década de sessenta do século vinte, crendo-se que possua no seu arsenal cerca de 200 ogivas nucleares para serem lançadas quer por aviões ou por mísseis terra-terra. Telavive está também a desenvolver ogivas nucleares para mísseis lançados a partir de submarinos.

O ataque da Força Aérea israelita ao reactor nuclear de Osiraq no Iraque em 1981 parece continuar a ser um modelo que frequentemente é citado como passível de ser replicado

mesmo nas actuais circunstâncias, muito devido ao assinalável sucesso militar da operação⁵⁹, ainda que a nível político-estratégico os resultados não tenham sido tão consequentes⁶⁰.

Se Israel optar por um ataque aéreo “à la Osiraq” confronta-se com algumas limitações:

(1) Apesar da maior distância dos potenciais alvos relativamente ao território israelita, os cerca de 25 F-15I e 102 F-16I têm um raio de acção que lhes permite chegarem aos alvos, mas requerem reabastecimento em voo tanto na missão de ataque (para os alvos mais distantes) como no regresso (para os alvos mais próximos e distantes) o que implica o recurso a uma plêiade de aviões de reabastecimento que a Força Aérea israelita não dispõe em número suficiente, o recurso ao apoio norte-americano será inevitável⁶¹.

(2) Devido à multiplicidade dos objectivos a destruir ou danificar, a Força Aérea israelita terá de concentrar-se apenas nos mais críticos: centros de I&D nuclear, central nuclear de Bushehr e bases de mísseis.

As consequências do ataque israelita serão similares às apontadas anteriormente, uma vez que Teerão alegará que o mesmo só foi possível com o apoio e participação activa de meios militares dos Estados Unidos, retaliando segundos as vertentes operacionais já referidas o que arrastará Washington para um conflito directo com Teerão.

Em resumo, todas acções atrás referidas, se concretizadas, contribuirão para danificar seriamente os interesses norte-americanos na região e terem repercussões no plano da economia internacional.

6. Considerações Finais

Mohammed ElBaradei e Kofi Annan concordam que a interpretação das normas de não-proliferação nuclear necessitam de serem ajustadas de forma a corresponderem aos pedidos de Estados que desejem adquirir e produzir energia nuclear e paralelamente procederem a programas de aplicação militar da mesma⁶². O artigo IV do Tratado de Não-Proliferação refere que “os Estados têm o direito de pesquisarem, desenvolverem e produzirem energia nuclear para fins pacíficos” mas tal não pode significar um apoio a actividades relativas ao enriquecimento de urânio e à construção de instalações associadas à separação de plutónio.

A aquisição por parte do Irão da capacidade de produção de material físsil ou de armas nucleares irá conduzir a uma reconsideração dramática das opções nucleares por parte de países vizinhos podendo incluir ainda o Egipto, a Síria, e mesmo a Turquia⁶³. O Golfo Pérsico arrisca-se a tornar-se na pior das hipóteses na maior reserva de “petróleo radioactivo” do mundo.

Israel poderá ser um potencial alvo, no entanto, e em contraponto, pode-se especular que

o Irão não terá razões suficientemente fortes para atacar Israel com armas nucleares (salvo se fôr atacado em primeiro lugar) essencialmente por duas ordens de razão⁶⁴:

(1) As aspirações do programa nuclear iraniano são essencialmente de natureza defensiva principalmente face ao cerco geopolítico que lhe é imposto pelos Estados Unidos.

(2) A capacidade de dissuasão nuclear norte-americana e israelita é mais do que suficiente para deter quaisquer aventureirismo das autoridades de Teerão⁶⁵.

À altura da elaboração desta análise parece inevitável que a questão iraniana reverta para o Conselho de Segurança da ONU. No entanto não nos parece que venha a ser adoptado um embargo económico ao Irão, ainda que a opção pelas chamadas “sanções inteligentes” se possa vir a concretizar, independentemente da porosidade das mesmas. Para Teerão a decisão que vier a ser tomada pela comunidade internacional parece ter deixado de ser relevante para os seus interesses nacionais, sendo instrumentalizada no plano interno para validar a aceleração e a conclusão o mais rapidamente possível dos seus projectos⁶⁶.

Perante os exemplos da Coreia do Norte, do Paquistão, e mais recentemente do Acordo dos Estados Unidos com a Índia, e dado o empenhamento militar norte-americano tanto no Iraque como no Afeganistão, o tempo joga a favor de Teerão, e uma estratégia de retardamento será sem dúvida aquela que continuará a ser adoptada, explorando os crescentes interesses que a Rússia e a China têm na região, e que não são coincidentes na sua globalidade com os dos Estados Unidos. A tríade de poder existente aquando da década de setenta e oitenta da Guerra-Fria, parece estar a reconstituir-se, ante uma Rússia e uma República Popular da China que buscam crescente influência e espaço no sistema político internacional, onde a Ásia Central e o Médio Oriente se prefiguram devido ao seu potencial energético, como uma parte substancial do tabuleiro do xadrez geopolítico mundial para parafrasear Zbigniew Brzezinski.

ANEXO I - As Importações de Material e Tecnologia Nuclear por Parte do Irão (1962-2005)

ENCONTRA-SE EM PDF

ANEXO II - Conceitos Técnicos Básicos
Sobre Tecnologia Nuclear⁶⁷

1. Material Nuclear

Urânio

Existe na natureza em estado puro. Para poder ser usado é necessário ser extraído e

processado de forma a criar-se um óxido concentrado de urânio (designado na gíria técnica por “*yellowcake*”) e refinado em dióxido de urânio. Este pode ser usado em reactores de “água pesada” mas normalmente é convertido em hexafluoreto de urânio (gás) e enriquecido para ser empregue tanto em reactores como na produção de armas. O passo final deste processo é o fabrico de tubos de combustível (esferas de cerâmica que envolvem o óxido de urânio que fica em tubos metálicos).

O enriquecimento de urânio implica o aumento da concentração do isótopo de urânio 235 e reduzir o de urânio 238 (que são as duas formas naturais de urânio). Só o urânio 235 é passível de ser físsil.

Baixo enriquecimento de urânio (usado como combustível para aquecimento da água e accionamento de turbinas na maioria dos reactores geradores de energia), implica o aumento da concentração de U-235 de 0,7% para 3-5%.

Urânio muito enriquecido é definido como o aumento da concentração de U-235 para mais de 20%.

Urânio para armas nucleares é considerado como U-235 enriquecido acima dos 93%.

Plutónio

Existe na natureza em muito pequenas quantidades sendo essencialmente um produto da acção do homem. O plutónio é assim um subproduto resultante dos reactores nucleares comerciais. Se estes forem de “água leve” (os mais comuns) os tubos de combustível nuclear terão entre 60-70% de plutónio-239 se os reactores forem de “água pesada” a concentração será bastante superior e passível de ser empregue no fabrico de armas nucleares.

2. Processos de Fabrico Nuclear

Existem quatro formas de enriquecimento de urânio:

- (1) Centrifugação de gás (caso da central iraniana de Natanz) que é o mais fácil de ser dissimulado para produzir armas;
- (2) Difusão gasosa;
- (3) Enriquecimento electromagnético; e
- (4) Laser.

Reactores

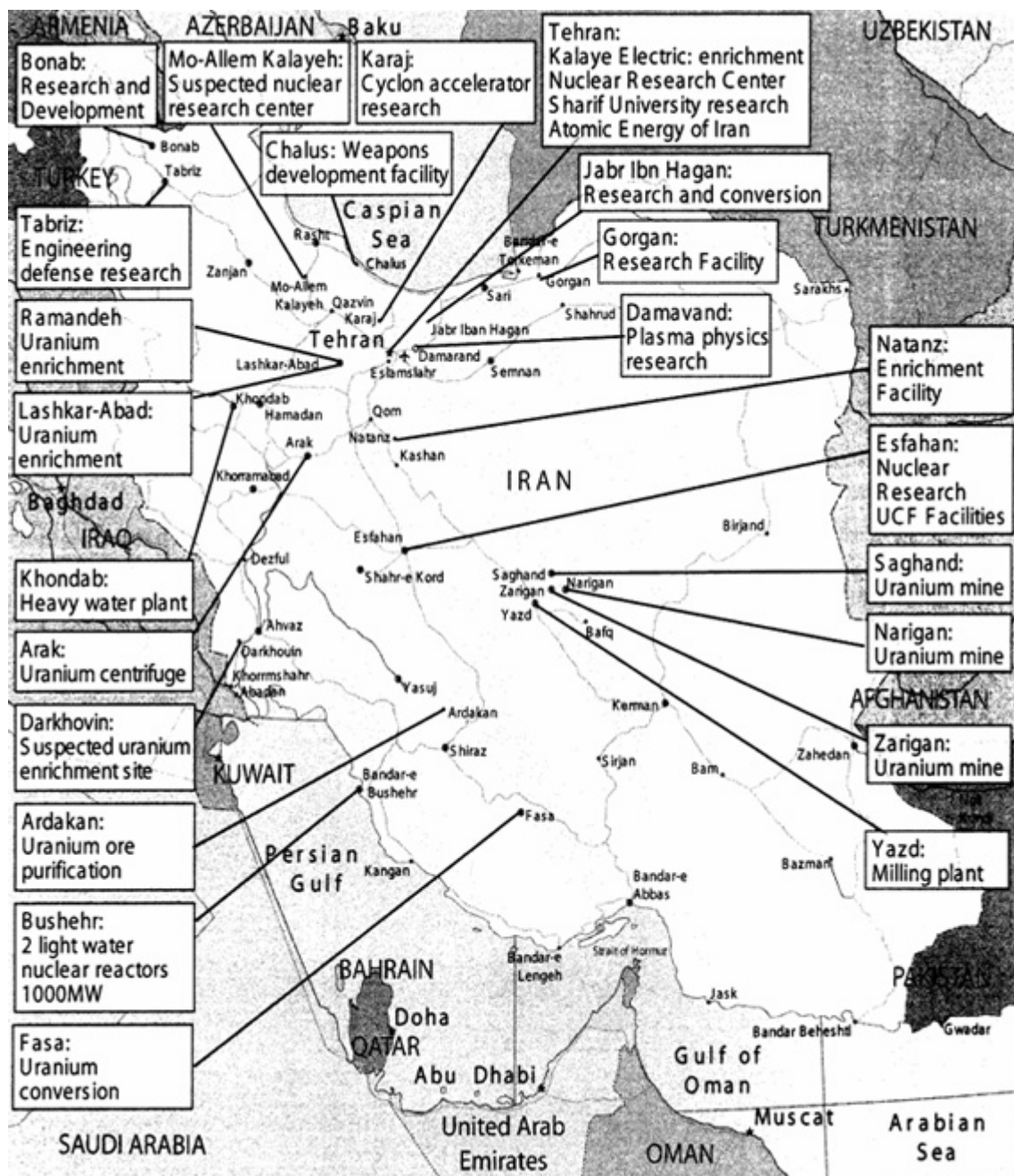
São de dois tipos:

- (1) “Água leve” (caso de Bushehr). Utilizam a água como refrigerador e requerem urânio pouco enriquecido. Na perspectiva de proliferação estes reactores são preferíveis porque a extracção do plutónio como subproduto requer o encerramento do reactor (o que é facilmente detectado), e porque o plutónio assim produzido contém muitas impurezas e

uma baixa concentração de Pu-239.

(2) “Água Pesada” (caso dos planos para construção em Arak). Utilizam a água como refrigerante mas com uma elevada concentração de deutério, o que permite o emprego de urânio natural (não enriquecido). Estes reactores produzem quantidades assinaláveis de plutónio sem necessidade de se construir infra-estruturas para enriquecimento. O Pu-239 assim produzido é passível de aplicação em armas.

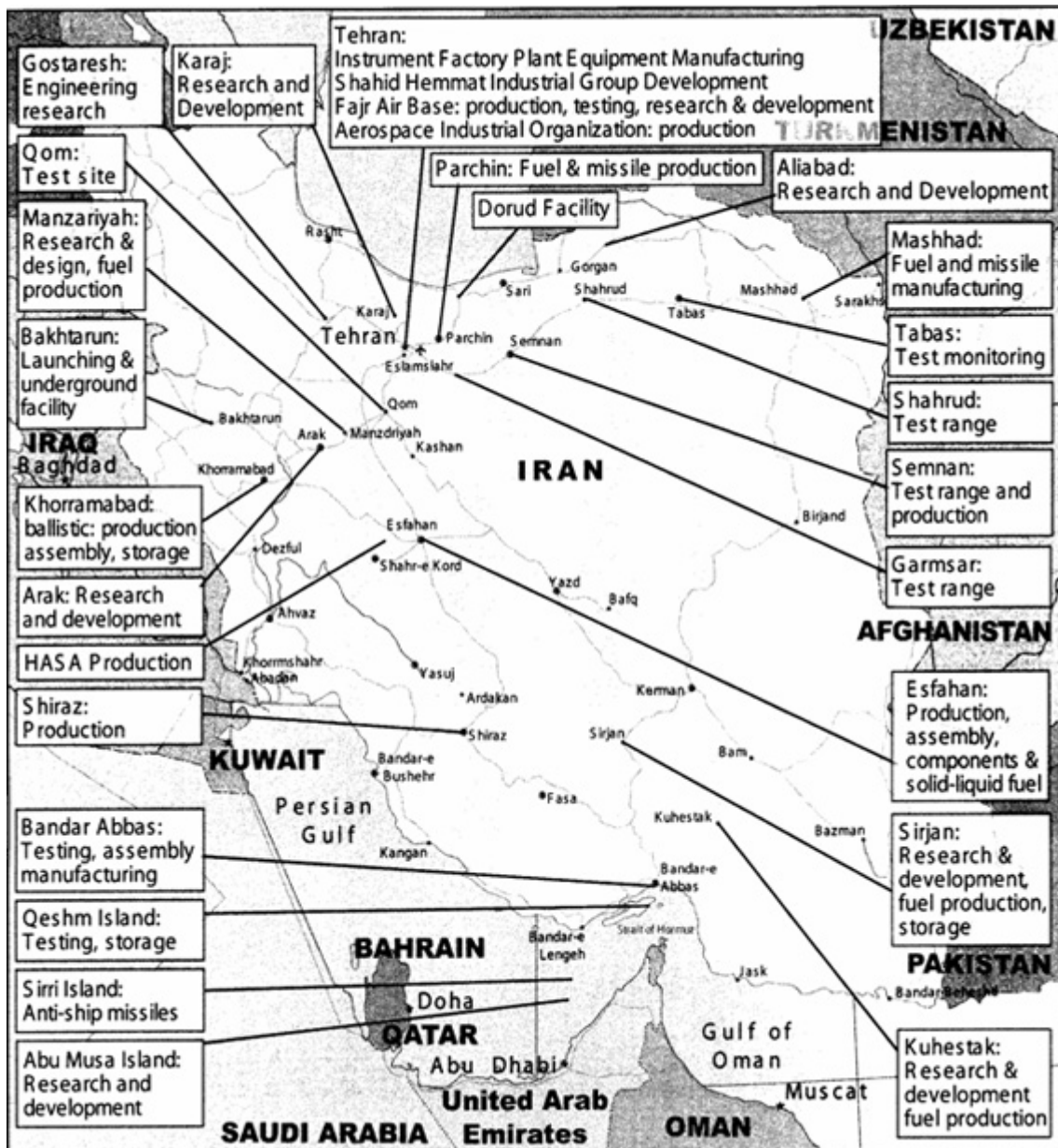
ANEXO III - Localização das Principais Infra-estruturas Ligadas à Pesquisa Nuclear Iraniana



ANEXO IV - Localização das Principais Infra-estruturas Ligadas ao Enriquecimento de Urânio



ANEXO V - Localização das Principais Bases de Mísseis Iranianos



* O presente artigo é uma actualização (até 11 de Março de 2006) de uma palestra efectuada pelo autor aos alunos do 3º ano da Academia Militar em Dezembro de 2005, no âmbito da unidade curricular de Relações Internacionais da qual é professor regente.

** Major de Infantaria. Sócio Efectivo da Revista Militar.

1 Declarações neste sentido foram proferidas por Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz e Richard Perle, entre outros.

2 A República Popular da China parece caminhar no mesmo sentido.

3 Entrou em funcionamento em 1970 sendo ratificado actualmente por 189 Estados. Estipula que as “cinco potências nucleares” se comprometem a prosseguir um processo gradual e completo de desarmamento, enquanto que os restantes Estados concordam em não desenvolver ou adquirir armas nucleares. Em 15 de Maio de 1997 foi aprovado um Protocolo Adicional ao Acordo o qual foi assinado por 90 Estados e ratificado até agora por 66. Esta adenda prevê a aceitação de inspecções por parte da Agência Internacional de Energia Atómica. Em 15 de Maio de 1975 foi estabelecido o chamado Grupo de Fornecedores Nucleares no qual os 44 Estados participantes se comprometeram a coordenar os mecanismos de exportação de tecnologia e material nuclear condicionando o eventual emprego desta tecnologia em programas militares. Joseph Cirincone, Jon B. Wolfsthal e Miriam Rajkumar; (2005); *Deadly Arsenals: Nuclear, Biological, and Chemical Threats* (2nd edition); Washington, Carnegie Endowment for Peace; p. 41.

4 Não é por mero acaso que Piongyang procura obter em troca da cessação do seu programa nuclear uma declaração formal por parte dos Estados Unidos na qual estes abdicam de recorrer à força militar contra a Coreia do Norte. A Coreia do Norte retirou-se do Tratado de Não-Proliferação Nuclear em 10 de Janeiro de 2003 tendo desde então mantido o impasse negocial. Veja-se <http://cns.miis.edu/research/korea/repro.htm>.

5 O único país que ainda fornece algum equipamento militar a Piongyang, ainda que não muito sofisticado tecnologicamente é a República Popular da China.

6 Rússia, China, Coreia do Norte, França, Estados Unidos, Reino Unido foram alguns dos países que venderam ao Irão tecnologia passível de aplicação militar (veja-se Anexo A).

7 Ou “dissuasão existencial nuclear” para parafrasear a expressão de McGeorge Bundy. O racional é o de que a posse por parte de um Estado de algumas armas nucleares que possam “sobreviver” a um ataque e inflingir baixas assinaláveis por intermédio de um ataque retaliatório, tende a induzir maiores cautelas “nivelando” capacidades nucleares que à partida não o são.

8 Citado em Joseph Cirincone, Jon B. Wolfsthal e Miriam Rajkumar; (2005); Op. Cit.; p. 298.

9 Anthony Cordesman; (1999); *Iran's Military Forces in Transition: Conventional Threats and Weapons of Mass Destruction*; Westport, Praeger; pp. 233-234.

10 O Irão tal como a China assenta a sua reivindicação como potência com base em milhares de anos de história, em enormes reservas petrolíferas, numa população de dimensão assinalável e maioritariamente jovem, e no facto de se localizar numa área pivot entre o Médio Oriente e a Ásia. Veja-se Sharam Chubin; (1995); “Iran's National

Security: Threats and Interests” em Geoffrey Kemp e Janice Gross Stein (Eds) *Powder Keg in the Middle East: The Struggle for Gulf Security*; American Association for the Advancement of Science, Rowman & Littlefield; especialmente pp. 109-114

11 A maioria xiíta do país tem fortes laços com o Irão, ainda que por enquanto não existam provas concretas relativamente a um envolvimento directo de agentes secretos iranianos no financiamento de milícias xiítas. Agentes iranianos compraram casas em redor do local em Najaf onde habita o líder espiritual xiíta iraquiano Al-Sistani (que é cidadão iraniano). Por exemplo, Moqtada El-Sadr, líder das milícias de Mahdi, não é apoiado nem apoia uma maior aproximação dos xiítas iraquianos ao Irão.

12 Entre parentesis só se referem as bases aéreas, uma vez que serão estas a terem um papel fulcral num eventual ataque aéreo às instalações nucleares iranianas, que é a opção que será analisada com mais detalhe neste artigo.

13 O Irão tem as terceiras maiores reservas mundiais de petróleo e as segundas maiores de gás natural. Joseph Cirincone, Jon B. Wolfsthal e Miriam Rajkumar; (2005); *Op. Cit.*; p. 296.

14 *The State of the Union Address*, January 29, 2002. Disponível em <http://www.whitehouse.gov>.

15 Baseado em <http://www.armscontrol.org/country/iran/iranchronology.asp> (acedido em 11 de Outubro de 2005).

16 Com uma capacidade de produção inferior a Bushehr em cerca de 20 a 30 por cento por cada central. Este programa já havia sido lançado no tempo do Xá, mas a sua deposição levou à suspensão deste, sendo agora retomado.

17 Durante o aceso debate os Estados Unidos não lograram, como era sua intenção, levarem a questão ao Conselho de Segurança da ONU.

18 “Iran Students in Nuclear Protest”, BBC News Online. http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/middle_esat/3972711.stm (acedido em 12 de Novembro de 2005).

19 À qual os Estados Unidos se têm oposto.

20 Baseado parcialmente em <http://www.armscontrol.org/country/iran/iranchronology.asp> (acedido em 11 de Outubro de 2005).

21 Resolução aprovada com 27 votos a favor, 5 votos contra e 3 abstenções. Cuba, Venezuela e Síria votaram contra. Segundo um princípio de rotatividade, Portugal é um actualmente um dos 36 Estados membros com assento no Conselho de Governadores da AIEA.

22 ISN Security Watch; “EU-Iran Nuclear Talks Fail”; <http://www.isn.ethz.ch/news/sw/details.cfm?ID=14977> (acedido em 4 de Março de 2006). ISN Security Watch; “Iran Issues Threat Ahead of IAEA Meeting” www.isn.ethz.ch/news/sw/details.cfm?ID=14988 (acedido em 6 de Março de 2006).

23 Para uma obra de leitura obrigatória sobre a política interna iraniana veja-se Dilip Hiro; (2005); *The Iranian Labyrinth: Journeys Through Theocratic Iran and Its Furies*; New York, Nation Books. Especialmente os capítulos primeiro, segundo, quinto e décimo.

24 Esta mistura de populismo, islamismo e nacionalismo é referida premonitoriamente em Zalmay Khalilzad e Ian O. Lesser (Eds); (1998); *Sources of Conflict in the 21st Century: Regional Futures and U.S. Strategy*; Santa Monica, RAND; pg. 190. A taxa de desemprego entre a população activa no Irão e por escalões etários cifra-se respectivamente em 40 por cento (20-24 anos); 35 por cento (25-29 anos); 32 por cento (30-34 anos); 37 por cento (40-45 anos) e 40 por cento (45-49 anos). http://www.nationmaster.com/country/ir/lab&b_cite=1 (acedido em 24 de Fevereiro de 2006). Cf. <http://devdata.worldbank.org/external/CPProfile.asp?TYPE=CP&CCODE=IRN>.

25 Eurasia Insight; (2006); “Factional Fighting in Iran Complicates Nuclear Diplomacy”. [http://www.eurasia.org/departments/insight/articles\(eav021506a.shtm](http://www.eurasia.org/departments/insight/articles(eav021506a.shtm) (acedido em 15 de Fevereiro de 2006).

26 A 15 de Fevereiro o Parlamento Europeu aprovou uma resolução que visou levar a questão iraniana ao Conselho de Segurança da ONU.

27 Esta declaração foi retirada do site da Agência Oficial de Notícias Iraniana (IRNA) uma hora após a sua publicação. *Eurasia Insight*; (2006); “Factional Fighting in Iran Complicates Nuclear Diplomacy”. [http://www.eurasia.org/departments/insight/articles\(eav021506a.shtm](http://www.eurasia.org/departments/insight/articles(eav021506a.shtm).

28 Babak Dehghanpishen e Christopher Dickey; (2006); “Devoted and Defiant”; *Newsweek*, February 13, pg. 25.

29 Foram produzidos vídeos nos quais imagens das instalações nucleares iranianas são misturadas com imagens de flores e paisagens montanhosas paradisíacas e nos quais em locução bilingue (farsi e inglês) é referido que “o Irão é um país de gente inteligente”. Noutra sequência um tubo de hexafluorido de urânio é segurado por um técnico, enquanto outro a seu lado lhe toca como se de um artefacto sagrado se tratasse. George Perkovich; (2005); “For Tehran, Nuclear Program is a Matter of National Pride”; Yale Global. <http://www.carnegieendowment.org/publications/index.cfm?fa=view&id=16694&prog=zpg&proj=znpp,zsa> (acedido em 10 de Janeiro de 2006).

30 Veja-se B. Raman; (2006); “Bush in India: The Smiles & the Scars”; <http://www.saag.org/papers18/paper1718.html> (acedido em 5 de Março de 2006)

31 Só o contrato de construção da central de Bushehr está orçado em mais de 800 milhões de dólares. Richard L. Russell; (2004); "Iran in Iraq's Shadow: Dealing with Tehran's Nuclear Weapons Bid"; *Parameters* nº 3; p. 35. A central de Bushehr começou a ser construída em 1974 pela empresa alemã Siemens tendo sido suspensa em 1979. A central foi bastante danificada durante a guerra do Irão com o Iraque (1980-1988). Em 1995 a Rússia assinou um contrato de reconstrução da mesma. Fred Wehling; (1999); "Russian Nuclear and Missile Exports to Iran"; *The Nonproliferation Review* nº4; pp. 136.

32 Estima-se que os reactores de Bushehr possam produzir por ano mais de 180 quilogramas de plutónio, o suficiente para se construir um arma nuclear primitiva. Fred Wehling; (1999); "Russian Nuclear and Missile Exports to Iran"; *The Nonproliferation Review* nº4; pp. 137.

33 Sobre a cooperação russo-iraniana veja-se, Edward O'Connor; (2005); "Russian-Iranian Relations: Outlook for Cooperation with the 'Axis of Evil'". Disponível em <http://www.ccc.nps.navy.mil/si/2005/Aug/0%27comorAug05.pdf>.

34 Note-se que Fevereiro de 2003 a Coreia do Norte sofreu o mesmo procedimento e que a crise nuclear norte-coreana ainda não abordada pelo Conselho de Segurança.

35 Para uma análise sobre a posição do grupo UE-3 nas negociações com o Irão veja-se Amin Tarzi; (2004); "The Role of WMD in Iranian Security Calculations: Dangers to Europe"; *Middle East Review of International Relations* nº3. Disponível em <http://meria.idc.ac.il/journal/2004/issues3/ju8n3a7.html> (acedido em 16 de Novembro de 2005).

36 Molly Moore; (2006); "Chirac: Nuclear Response to Terrorism is Possible", *Washington Post*, 20 January. <http://www.washingtonpost.com/wpdyn/content/article/2006/01/19/AR200601190331.html> (acedido em 23 de Janeiro de 2006).

37 A central onde seria feito o enriquecimento estava localizada em França e a Eurodif era e é uma empresa privada que continua a fornecer combustível nuclear para mais de 100 reactores espalhados pelo mundo. É detida em 50 por cento do seu capital pela empresa estatal francesa Areva, desde Novembro de 2003.

38 Oliver Meier; (2006); "Iran and Foreign Enrichment: A Troubled Model"; *Arms Control Today* January/February. Disponível em http://www.armscontrol.org/act/2006_01-02/JANFEB-iranenrich.asp (consultado em 12 de Fevereiro de 2006).

39 O que logrou obter melhores resultados parece ter sido aquele contra a Líbia. No entanto a "diplomacia coerciva" norte-americana sobre Trípoli passou por três fases: a estratégia de Ronald Reagan de sanções unilaterais e emprego da força militar, a qual fracassou em larga medida; os resultados mistos de uma estratégia mais multilateral das

administrações de George Bush e Bill Clinton; e o sucesso substancial obtido através de negociações directas secretas iniciadas pelo Reino Unido na fase final do segundo mandato Clinton e prosseguidas sob a administração de George W. Bush, que culminou no abandono por parte da Líbia do seu programa de desenvolvimento de armas de destruição massiva. Para uma análise das virtudes e defeitos de cada uma destas fases veja-se Bruce W. Jentleson e Christopherr A. Whytock; (2005); “Who ‘Won’ Libya? The Force-Diplomacy Debate and Its Implications for Theory and Policy”; *International Security* nº3; pp. 47-86.

40 Com mais 30 mil efectivos estacionados nos Estados do Golfo Pérsico (Koweit, Bahrain, Oman e Qatar). No entanto a Secretária de Estado norte-americana Condoleezza Rice anunciou em Fevereiro de 2006 a criação de um gabinete para o Irão com um orçamento de 75 milhões de dólares e com a missão de apoiar iniciativas democráticas no Irão e a potenciar o intercâmbio cultural. Um dos objectivos, ainda que não reconhecido, é catalisar um processo de mudança de regime a médio-longo prazo. B. Raman; (2006); “Bush in India: The Smiles & the Scars”. <http://www.saag.org/papers18/paper1718.html> (acedido em 5 de Março de 2006). Michael A. Ledeen em testemunho perante a Comissão do Senado para as Relações Internacionais declarou que esta é a melhor opção para os Estados Unidos. Veja-se Michael A. Ledeen; (2006); “United States Policy Toward Iran”; http://www.aei.org/publications/pubID.24022,filter.all/pub_detail.asp.

41 As forças armadas iranianas contam com 325 mil efectivos no Exército, 18 mil na Marinha e 52 mil na Força Aérea, havendo ainda cerca de 125 mil efectivos da Guarda Revolucionária e mais de 40 mil efectivos pertencentes a uma força paramilitar designada de Exército de Mobilização Popular. International Institute of Strategic Studies; (2005); *The Military Balance*, 2005-2006; London, Routledge; pg. 124-126.

42 Ainda que a reacção do regime de Kim Jong-Il possa ser bem danosa para os interesses americanos na Ásia, induzindo a uma suspensão das conversações a seis que decorrem sob a égide da China que certamente poderá deixar de ser empregar os seus “morosos bons ofícios” junto da Coreia do Norte (os outros intervenientes no processo negocial são a Coreia do Sul, os Estados Unidos, o Japão, e a Rússia).

43 Normalmente só se encontra em permanência na região um grupo de porta-aviões, mas o ataque pode coincidir com um período de rotação de porta-aviões o que permitirá dispôr de cerca de 150 aviões e algumas centenas de mísseis de cruzeiro. Um porta-aviões da classe Nimitz transporta 72 aviões de combate (dos quais 36 F/A-18E Super Hornet) e 6 helicópteros. Um grupo de porta-aviões é constituído por um cruzador, dois *destroyers* e um submarino de ataque, todos equipados com mísseis de cruzeiro.

44 Os Estados Unidos possuem, naturalmente, a mais completa informação sobre a localização das infraestruturas nucleares e militares iranianas, fruto do reconhecimento efectuado por satélite, por drones e por intermédio de sistemas de vigilância electrónica. Veja-se por exemplo Joshua Rovner; (2005); “Preparing for a Nuclear Iran: The Role of CIA” disponível em <http://www.ccc.nps.navy.mil/si/2005/Nov/rovnerNOV05.pdf>. Veja-se ainda Dilip Hiro; (2005); Op. Cit.; pp. 364-365.

45 A Força Aérea do Irão tem cerca de 45 interceptores norte-americanos F-14 Tomcat, dos quais 30 poderão estar perfeitamente operacionais. Michael Knights; (2006); "Iran's Conventional Forces Remain Key to Deterring Potential Threats"; *Jane's Intelligence Review*, February issue; pg. 16.

46 Algo que poderá ser difícil de concretizar pois os mísseis Scud são móveis.

47 Este ataque poderá ser problemático caso o reactor nuclear já se encontre cheio de combustível, o que se poderá concretizar durante o ano de 2006. Uma tal destruição, a ocorrer, terá eventualmente repercussões ambientais graves, com a dispersão de uma nuvem radioactiva que se poderá estender tanto para o interior do Irão como para o Koweit, a Arábia Saudita, o Bahrain, o Qatar, e os Emirados Árabes Unidos, com implicações severas ao nível da extracção, produção e exportação petrolífera.

48 O Irão já efectuou 10 testes com o míssil Shahab-3 que é derivado do Nodong norte-coreano e tem um alcance de 1 300 quilómetros. Possui cerca de 300 mísseis Scud-B com um alcance de 300 quilómetros e 100 mísseis Scud-C com um alcance de 1 000 quilómetros. Joseph Cirincone, Jon B. Wolfsthal e Miriam Rajkumar; (2005); *Op. Cit.*; pg. 295. http://www.nti.org/e_research/profiles/Iran/Missile (acedido em 19 de Outubro de 2005).

49 Michael Knights; (2006); *Op. Cit.*; pg. 17.

50 Christopher Dickey, Maziar Bahari e Babak Deghanpisheh; (2006); "Iran's Rogue Rage"; *Newsweek*, January 23; pp. 14-19.

51 Por exemplo as instalações de centrifugação em Natanz demoraram três anos a serem construídas (2000-2003) pelo que se forem destruídas, a construção de novas infra-estruturas será bem mais rápida.

52 Para uma análise da influência do Hezbollah no Iraque veja-se Michael Rubin; (2006); "Are We Playing for Keeps?"; AEI. http://www.aei.org/publications/pubID.23968/pub_detail.asp. (acedido em 3 de Março de 2006). Não será também de excluir um agravamento da situação de insegurança no Afeganistão.

53 O orçamento anual do Hezbollah cifra-se em mais de uma centena de milhões de dólares cuja maior parte é financiada pelo Irão. Jeffrey Goldberg; (2002); "In the Party of God: Are Terrorists in Lebanon Preparing for a Larger War?" *The New Yorker*, 14 October; p. 183 citado em Richard L. Russell; (2004); "Iran in Iraq's Shadow: Dealing with Tehran's Nuclear Weapons Bid"; *Parameters* nº3; pg. 42. Curiosamente o Hezbollah tem interesses económicos na Venezuela nomeadamente no sector petrolífero estatal, o que tendo em conta a diatribe entre o Presidente Hugo Chavez e a Casa Branca não deixa de ser interessante de aqui ser referido. George Friedman; (22 de Fevereiro de 2006); "The United States and the 'Problem' of Venezuela"; *Geopolitical Intelligence*

Report, Stratfor.

54 Após o anúncio do corte de verbas resultantes dos direitos alfandegários entregues por Israel ao governo palestiano devido à vitória eleitoral do Hamas, o Irão aprestou-se a compensar esta quebra de receitas com um aumento do seu apoio financeiro ao Hamas. Michael Hirsh e Kevin Peraino; (2006); "Putting on the Squeeze"; *Newsweek*, February 27; pp. 19-23.

55 No ataque às torres de Khobar na Arábia Saudita em 1996 onde morreram 19 militares norte-americanos, o antigo Director do FBI Louis Freeh, afirmou que os Serviços Secretos iranianos auxiliaram no planeamento, financiamento e coordenação da operação levada a cabo pelo Hezbollah da Arábia Saudita. Citado em Richard L. Russell; (2004); "Iran in Iraq's Shadow: Dealing with Tehrans's Nuclear Weapons Bid"; *Parameters* nº3; p. 42.

56 Estimados em mais de 100 biliões de dólares. Christopher Dickey, Maziar Bahari e Babak Deghanpisheh; (2006); Op. Cit.; p. 18. A França também tem um acordo de exploração de gás natural no campo de Pars através da empresa Total.

57 Moscovo assinou em Janeiro de 2006 um Acordo de venda de 30 sistemas de defesa anti-aérea Tor-M1, o qual é capaz de defender um objectivo contra um ataque aéreo simultâneo de 48 aviões e/ou mísseis num raio de 6 quilómetros (preço de 1 bilião de dólares) em reforço do Acordo em vigor no valor de 7 biliões de dólares que contempla o fornecimento de aviões MiG-29, apoio técnico na manutenção e modernização dos submarinos Kilo, e venda de viaturas de combate de infantaria (BMP-3). Owen Matthews; (2006); "Past as Prologue"; *Newsweek*, February 27, pp. 20-21.

58 O Presidente afirmou que "o Holocausto nazi nunca existiu" e que "Israel deveria ser riscado do mapa". Babak Dehghanpishen e Christopher Dickey; (2006); "Devoted and Defiant"; *Newsweek*, February 13, pp. 19-25.

59 Os aviões israelitas destruíram na sua quase totalidade o reactor e não houve baixas entre os pilotos israelitas, tendo todos regressado a Israel.

60 Depois de atacada a central de Osirak, Saddam Hussein reforçou as verbas atribuídas ao programa nuclear iraquiano, tendo o avanço tecnológico sido mais rápido do que até então. Entrevista de Imad Khadduri (um dos principais cientistas responsáveis pelo programa nuclear iraquiano que se exilou nos Estados Unidos) concedida ao programa da estação televisiva norte-americana CBS "60 Minutos", transmitido na SIC Notícias.

61 Uma opção pode passar pelo apoio de aviões de reabastecimento norte-americanos estacionados na Arábia Saudita ou nos Emirados Árabes Unidos. Israel adquiriu 500 bombas "bunker busters" aos Estados Unidos. Kevin Peraino e John Barry; (2006); "Will Israel Strike Iran?"; *Newsweek*, February 13, p. 24.

62 Entrevista de Mohamed ElBaradei; (2006); "Diplomacy and Force"; *Newsweek*,

January 23; pp. 18-19.

63 Ancara anunciou o lançamento de um programa civil de desenvolvimento de energia nuclear, o qual visa construir até 2012, cinco centrais nucleares tendo em linha de conta o programa nuclear iraniano. Público; (2006); “Turquia Acelera o Lançamento de um Vasto Programa Civil”; 8 de Março; p. 19.

64 Avançadas por Ephraim Kam; (2004); “Curbing the Iranian Nuclear Threat: The Military Option”; *Strategic Assessment* n.º3. Disponível em <http://www.tau.ac.il/jcss/sa/v7n3p2kam.html>.

65 As recentes declarações do Presidente norte-americano de que um ataque nuclear a Israel será considerado como um ataque aos Estados Unidos materializa esta lógica dissuasora. Israel tem ainda um sistema de defesa anti-aérea Arrow e Patriot PAC-2 e possui uma capacidade de retaliação nuclear capaz de destruir os principais centros de poder do Irão.

66 David Albright; (2006); “Iran’s Next Steps: Final Steps and the Construction of a Uranium Enrichment Plant”; ISIS Issue Brief. Disponível em <http://www.isis-online.org/publications/iran/irancascade.pdf>.

67 Baseado em Joseph Cirincone, Jon B. Wolfsthal e Miriam Rajkumar; (2005); *Op. Cit.*; pp. 45-54.